



Este é o segundo reajuste para baixo

Gás de cozinha tem reajuste e fica mais barato na Bahia

O preço do gás de cozinha terá uma nova redução na Bahia. De acordo com o Sindicato dos Revendedores de Gás do Estado da Bahia (Sinrevgas), o reajuste aplicado pelas distribuidoras deve refletir em um desconto de R\$ 3 a R\$ 4 no valor do botijão para o consumidor. Segundo a entidade, a redução no preço do GLP é de 7,1%. Apesar disso, o valor final poderá variar conforme a região do estado e a política de preços adotada por cada revendedor. Este é o segundo corte consecutivo no preço do gás de cozinha. Em julho, a Acelen já havia anunciado uma redução de 6,9% no GLP vendido às distribuidoras, medida que também foi repassada ao consumidor. Com o novo reajuste, a expectativa do setor é de que o botijão fique mais barato em todo o estado, aliviando o orçamento das famílias baianas.

Municípios discutem pautas de consórcio

O Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) realizou, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, em Natal, uma audiência pública com representantes dos municípios da Região do Mato Grande. O momento teve como objetivo debater a possibilidade de formalização de um consórcio entre as cidades para a realização de concursos públicos de forma unificada. A audiência reuniu representantes das Prefeituras e Câmaras Municipais de Maxaranguape, Extremoz, Rio do Fogo, Touros, Pedra Grande, Taipu e Pureza.



Os dados agora serão analisados pelas Promotorias de Justiça

Nordeste avança com projetos ferroviários

O Nordeste registrou na última semana, avanços em três novos projetos de transporte sobre trilhos. Em Salvador, o VLT iniciou operação assistida em parte do trajeto. Em Aracaju, foi firmado acordo para estudos de implantação de um sistema estimado em mais de R\$ 700 milhões. Já em Teresina, chegou o primeiro de 3 novos trens que serão usados na modernização da linha urbana. As iniciativas buscam ampliar a mobilidade e modernizar a infraestrutura ferroviária da região.

Animal mobiliza equipes em João Pessoa

Um peixe-boi-marinho foi resgatado no Rio Jaguaribe, em João Pessoa, nesta segunda-feira (3), após permanecer na área desde o sábado (1º). A operação reuniu equipes do Projeto Viva o Peixe-Boi-Marinho, ICMBio, Corpo de Bombeiros e outros órgãos. O animal já era monitorado, passou por avaliação e foi levado para um local adequado, onde seguirá acompanhado por especialistas.

Forum

O Ministério Público do estado da Bahia realizou, em Salvador, o 1º Fórum Estadual de Fundações da Bahia. O encontro reuniu representantes de fundações, organizações do terceiro setor, pesquisadores, estudantes e integrantes do sistema de Justiça para discutir desafios, cooperação e boas práticas. A programação incluiu palestras.

Registro

Quase 27 mil crianças foram registradas apenas com o nome da mãe no Piauí entre 2016 e o início de julho de 2026, segundo a Arpen-Brasil. Para ampliar o reconhecimento de paternidade, a Defensoria Pública do Estado realiza a campanha Meu Pai Tem Nome, com atendimentos gratuitos, mediação, orientação jurídica.

Determinação

A Justiça condenou duas instituições financeiras após ação da Defensoria Pública da Paraíba em favor de uma consumidora vítima do golpe da falsa central. A decisão reconheceu falha na segurança dos aplicativos bancários, anulou contratos de empréstimo, determinou o cancelamento das cobranças e fixou indenização por danos morais.

Mobilidade

A Justiça confirmou pedido do Ministério Público de Pernambuco e determinou o livre trânsito na Estrada da Barra Bonita, em São José da Coroa Grande. A decisão mantém a circulação de moradores e veículos, após ação motivada por restrições no acesso à via. O processo também prevê medidas para assegurar o cumprimento da determinação.

Campanha

Até o dia 1º de setembro, São Luís (MA) realiza ações da Campanha Nacional de Multivacinação, promovida pelo Ministério da Saúde. A iniciativa é voltada para crianças e adolescentes menores de 15 anos e tem como objetivo atualizar a caderneta de vacinação e ampliar a proteção contra doenças imunopreveníveis.

Proteção

O Ministério Público do Rio Grande do Norte concluiu a capacitação do projeto Circulando em Rede em municípios do Oeste potiguar. A iniciativa reuniu profissionais da educação, saúde, assistência social, segurança e conselhos tutelares. O objetivo foi ampliar a integração entre os serviços e qualificar o atendimento voltado à proteção.



A avaliação deverá ser feita pela Polícia Civil

Alagoas muda regras da aposentadoria policial

Projeto adequa aposentadoria da Polícia Civil ao STF

O Governo de Alagoas avançou no processo para alterar as regras de aposentadoria dos policiais civis do Estado. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) aprovou parecer jurídico que autoriza o envio de um anteprojeto de lei complementar à Assembleia Legislativa de Alagoas (ALE). A proposta busca adequar a legislação estadual às regras definidas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O parecer foi publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) nesta segunda-feira, 3, e aponta que existe viabilidade jurídica para a apresentação do texto ao Legislativo. A decisão final sobre o encaminhamento do anteprojeto cabe ao governador Paulo Dantas. Antes disso, a PGE indicou ajustes técnicos e recomendações para a elaboração da proposta.

Entre as orientações apresentadas está a revisão da diferença de idade entre homens e mulheres prevista na minuta. O texto atual estabelece um redutor de 5 anos para a aposentadoria, mas a Procuradoria recomenda uma nova análise para avaliar a adoção de uma diferença de 3 anos.

A avaliação deverá ser feita pela Polícia Civil, em conjunto com a Secretaria da

Fazenda (Sefaz), Secretaria de Planejamento (Seplag) e Alagoas Previdência. Caso o governo decida alterar esse ponto, será necessário refazer os estudos de impacto atuarial, financeiro e orçamentário relacionados à mudança.

A PGE informou que a proposta está de acordo com a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7.727. O julgamento definiu parâmetros para a diferenciação de gênero nas regras de aposentadoria. Segundo o parecer, enquanto a legislação estadual não for atualizada, a Administração Pública deve seguir diretamente o entendimento.

A Procuradoria também recomendou que a Assembleia Legislativa de Alagoas analise o anteprojeto com prioridade. O órgão argumenta que a aprovação da nova norma deve encerrar o período atual de transição das regras e trazer mais segurança jurídica.

TRÂMITE

O processo foi encaminhado ao Gabinete Civil após a manifestação da PGE. O órgão será responsável por adotar as medidas necessárias para o andamento da proposta. O texto seguirá tramitação.